



Mobilidade laboral na UE: tendências e políticas recentes

Resumo executivo

Introdução

A migração no interior dos Estados-Membros da UE e entre estes é reduzida: em 2010, a taxa de migração transfronteiras anual relativa à população europeia em idade ativa (15-64 anos) foi apenas de 0,3% da população da UE-27, aumentando para cerca de 1% no que respeita à migração inter-regional. Em comparação, a taxa de migração entre as quatro principais regiões dos Estados Unidos é de 1,2%, enquanto a taxa interestadual dos EUA é de 2,4%. Contudo, verifica-se que uma parte crescente dos fluxos migratórios no interior da União Europeia tem origem nos trabalhadores móveis, em resposta, em parte, às diferenças nas condições do mercado de trabalho dos Estados-Membros.

O presente relatório baseia-se em dados transmitidos pelos correspondentes nos 28 Estados Membros da UE e na Noruega. Proporciona uma perspetiva geral dos padrões e das tendências da migração na UE (tanto dentro de cada país como entre países) no contexto da atual crise económica. Analisa igualmente medidas e iniciativas políticas recentes implementadas ou promovidas por governos nacionais, regionais e locais e por parceiros sociais, visando contribuir direta ou indiretamente, para a mobilidade inter-regional e transfronteiras dos cidadãos da UE.

Contexto político

Apesar da crise económica e do aumento do desemprego, continua a verificar-se escassez de mão-de-obra e de competências em alguns países e algumas regiões europeias. Por essa razão, a Comissão Europeia continua a privilegiar o aumento da mobilidade geográfica como estratégia para reduzir as discrepâncias entre a oferta e a procura nos mercados de trabalho europeus. Essa posição é posta em evidência na Estratégia Europa 2020 para o crescimento e no Pacote Emprego 2012, em que a distribuição eficiente da mão-de-obra à escala dos Estados Membros da UE é considerada um motor essencial para o crescimento futuro, bem como um mecanismo importante de ajustamento da distorção dos mercados de trabalho. A partilha de informação sobre ofertas de emprego noutros países ou regiões pode aumentar a mobilidade. O reforço dos recursos dos

serviços europeus de emprego (EURES) tornará mais fácil aos candidatos a emprego entrarem em contacto com os empregadores que procuram competências específicas.

O ímpeto renovado de promoção da mobilidade geográfica a nível da UE é muitas vezes ensombrado a nível nacional por preocupações com os efeitos negativos dos fluxos migratórios para o mercado de trabalho. Essas preocupações estão relacionadas com o possível dumping social, o potencial abuso dos sistemas de segurança social e os encargos financeiros que os migrantes inativos podem representar para os sistemas de segurança social nos países de acolhimento.

Principais conclusões

A crise reduziu a mobilidade intracomunitária, mas verificou-se uma recuperação a partir de 2011. A mobilidade geral e da mão-de-obra transfronteiras na UE desceu acentuadamente durante o período de crise de 2008-2010. Existem sinais consistentes de recuperação da mobilidade a partir de 2011, mas as taxas de mobilidade permanecem inferiores às anteriores à crise.

A migração para os Estados-Membros da UE tem origem, cada vez mais, na mobilidade interna na UE. Verifica-se uma redução crescente da mão-de-obra de nacionais de países terceiros na UE e um aumento dos trabalhadores migrantes da própria UE. Entre 2008 e 2012, esta população de trabalhadores migrantes da UE aumentou em mais de 800 mil pessoas (para 6,6 milhões), apesar de o emprego em geral ter sofrido um decréscimo de mais de 5 milhões de trabalhadores. De acordo com dados do UE-LFS, a percentagem de trabalhadores móveis da população ativa total da UE aumentou de 2,6% em 2008 para pouco mais de 3% em 2012.

Todavia, a mobilidade no interior da UE é *relativamente baixa em comparação com os níveis internacionais*. Apesar das políticas da UE destinadas a facilitar a livre circulação, os dados europeus e nacionais indicam que o nível de mobilidade se

mantém baixo, especialmente se comparado com o dos Estados Unidos. As barreiras linguísticas e culturais continuam a ser o principal obstáculo para a mobilidade transfronteiras na Europa.

Os fluxos de mobilidade transfronteiras este oeste predominam sobre os fluxos sul norte. A Alemanha e o Reino Unido são os principais países de destino dos crescentes fluxos migratórios provenientes das economias em dificuldades do sul da Europa e da Irlanda. As emigrações grega e espanhola, por exemplo, mais do que duplicaram no período entre 2007 e 2011. No entanto, são ainda relativamente reduzidas quando comparadas com os fluxos para o ocidente provenientes dos Estados-Membros da Europa oriental.

A situação do mercado de trabalho deteriorou-se durante a crise para os trabalhadores migrantes da UE comparativamente aos trabalhadores nativos. Entre 2008 e 2012, o desemprego dos trabalhadores migrantes da UE aumentou 5,5 pontos percentuais, em comparação com 3,3 pontos percentuais para os trabalhadores nativos. As taxas de emprego também diminuíram mais para os trabalhadores migrantes da UE. Contudo, a taxa de emprego dos trabalhadores migrantes da UE (66 %) em 2012 manteve-se superior à taxa de emprego dos nacionais (64,5 %).

As taxas de mobilidade inter-regional são mais elevadas do que as taxas de mobilidade transfronteiras. Como indicação aproximada, as taxas anuais da mobilidade transfronteiras da mão-de-obra (aproximadamente 0,2 % - 0,3 %) são inferiores às taxas correspondentes de mobilidade inter-regional no interior dos países (cerca de 1 % entre as grandes regiões económicas).

A mobilidade inter-regional é mais elevada nos países com um PIB per capita mais elevado. As taxas de mobilidade inter-regionais são mais baixas nos Estados Membros da Europa oriental e mais elevadas na Áustria, Alemanha, nos países nórdicos e no Reino Unido. A mobilidade inter-regional aumentou após a crise na Áustria, Alemanha e Suécia, três Estados-Membros cujas economias e mercados de trabalho recuperaram mais rapidamente da crise, o que aponta para uma correlação positiva entre mobilidade e crescimento.

Indicadores para políticas

- O aumento da livre circulação dos trabalhadores pode ajudar a solucionar os desequilíbrios e estrangulamentos do mercado de trabalho, atendendo às grandes divergências de desempenho do mercado de trabalho em toda a UE, bem como à contração das populações em idade ativa em muitos Estados-Membros.
- Não é habitual a existência de instrumentos de política regional visando a mobilidade geográfica nacional, mesmo em países com escassez de mão-de-obra. As políticas ativas em matéria de mercado de trabalho que oferecem incentivos financeiros destinados a incentivar os candidatos a emprego a deslocarem-se à procura de

trabalho desempenham um papel importante no combate a esses desequilíbrios geográficos. Por outro lado, devemos também estar atentos a eventuais efeitos de desincentivo – «armadilhas» de ativação – em que os trabalhadores permanecem dependentes das prestações sociais em vez de aproveitarem as melhores oportunidades de emprego noutros lugares.

- De entre as iniciativas políticas nacionais destinadas a promover, direta ou indiretamente, a mobilidade geográfica, poucas foram avaliadas. Assim, existem poucas provas da eficácia dessas políticas. Devem ser promovidas avaliações dessas políticas, com vista a apoiar o desenvolvimento de políticas com base em provas, bem como a divulgação de iniciativas de melhores práticas.
- Diversos estudos têm demonstrado que a falta de domínio da língua do país constitui um dos principais entraves à integração dos imigrantes, sobretudo onde existem imposições legais de domínio da língua do país de acolhimento para aceder a determinados empregos. Em 14 Estados-Membros da UE, estão disponíveis gratuitamente cursos de línguas com financiamento público destinados aos recém chegado da UE. Deveria prestar-se mais atenção à melhoria do acesso a cursos de línguas dos trabalhadores móveis da UE, através de cursos gratuitos ou de custo reduzido que poderia ser reembolsado assim que fosse alcançado um certo nível de competência.
- A implementação do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) deve ser acelerada. A dificuldade em conseguir o reconhecimento das qualificações obtidas no estrangeiro constitui um entrave significativo à mobilidade transfronteiras. Embora seja escassa a margem de manobra para alargar o âmbito de aplicação da diretiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, uma vez que implica uma certa harmonização dos currículos, o QEQ, com a sua abordagem «moeda comum», não exige uma reforma tão extensa. O QEQ é aplicado através de quadros nacionais de qualificações referenciados ao quadro comum, tornando possível a «tradução» dos níveis de qualificações e ajudando os empregadores e as autoridades nacionais a compreender as qualificações estrangeiras. É importante manter a dinâmica de implementação do QEQ em países que ainda não o fizeram, pois previa-se inicialmente a sua conclusão até 2012.

Informações adicionais

O relatório *Mobilidade laboral na UE: tendências e políticas recentes* está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1456.htm>

Para mais informações, contactar John Hurley, gestor de investigação, em joh@eurofound.europa.eu